

A CRISE DO SÉCULO XXI E SEU IMPACTO NA POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA BRASILEIRA

Ana Maria Baima Cartaxo¹

Brenda Lisa Rio Branco Vieira²

Manoela Ramalho³

Marina Coutinho de Carvalho Pereira⁴

Zana Maria Macedo⁵

RESUMO: Esse trabalho trata da crise econômica do século XXI, a partir de 2007-2008, mas iniciada nos meados da década de 1970. Partimos de um percurso teórico e conceitual da crise entre autores como: Hobsbawn, Wallerstein, Chesnais, para a análise da crise na conjuntura internacional e seu impacto na realidade brasileira, particularmente, na política previdenciária. Crise, cuja particularidade é ser estrutural ao sistema capitalista diferenciando das crises conjunturais desse sistema. Concluímos que a crise econômica tem como consequência a crise social pela redução de recurso, contra-reforma previdenciária e precarização do trabalho. O trabalho está fundamentado em uma pesquisa bibliográfica e documental como parte de um projeto de pesquisa.

Palavras-chave: crise internacional do sistema capitalista, impacto da crise no Brasil, política previdenciária

ABSTRACT: This work deals with the economic crisis of the 21st century, from 2007-2008 which had initiated in the mid-1970s. We start from a theoretical and conceptual crisis between authors: Hobsbawn, Wallerstein, Chesnais regarding the analysis of the crisis in the international stage and its impact on Brazil, particularly in social policy. The crisis' peculiarity is structural to the capitalist system, differing from the usual

¹ Doutor. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. ambcartaxo@cse.ufsc.br

² Estudante. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC.

³ Estudante. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC.

⁴ Estudante. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC.

⁵ Estudante. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC.

conflicts within this particular system. We conclude that the economic crisis has had negative effects and caused a social crisis, by reducing resource, social security and insecurity of counter-reform. The work is grounded on bibliographical as well as documentary research.

Keywords: international crisis of the capitalist system, impact of crisis in Brazil, social policy.

I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo compreender a crise do sistema capitalista no século XXI e seu impacto na política nacional brasileira, singularmente na política previdenciária.

O estudo da crise implica, inicialmente, apreendê-la em sua concepção. Vários autores como Hobsbawn (1995), Wallerstein (1984 e 2011), Kurz (1997), Antunes (2009), Mézaros (2009), entre outros, a concebem a partir do sistema capitalista contemporâneo sob diversos ângulos analíticos.

O estudo da crise do sistema capitalista nesse século significa analisar as suas particularidades no bojo da totalidade, uma vez que as crises fazem parte do processo histórico desse sistema que como diz Mandel (1979) implica em “ondas largas expansivas seguidas de ondas recessivas” (cf. Cartaxo, 2003) frente as quais são empreendidas estratégias com vistas a sua reestruturação e manutenção. A crise que vem ocorrendo desde os meados da década de 1970 e que apresenta novas singularidades a partir de 2007-2008 conforme autores como Mézaros, (2009), Antunes (2009) se configura como estrutural ao sistema, atingido-o em sua própria essência diferente, portanto, das suas crises conjunturais já aludidas por Mandel. Entendê-la e relacioná-la com a política previdenciária será objeto de nossa reflexão.

Essa política, assim como as demais é determinada pelas condições objetivas sócio-históricas - econômicas e políticas aliada à correlação de forças no movimento dinâmico das classes fundamentais – burguesia e trabalhadores - no conflito antagônico de seus interesses. Assim justificamos o estudo dessa crise como uma determinação histórica que tem atingido, com as devidas medições, essa política previdenciária.

A mesma, ao longo de sua trajetória no cômputo do movimento dinâmico estrutural e conjuntural da sociedade brasileira teve um largo período de expansão – 1933 a 1988 - que culminou com a sua inclusão no sistema de seguridade social inaugurado na Constituição Federal de 1988, ao compor o tripé das políticas juntamente com a da assistência social e a da saúde. E sucedido a um retrocesso como reflexo mais amplo da crise internacional do sistema capitalista, configurando-se no interior do contexto nacional como uma crise institucional do seu próprio sistema, constituindo-se como objeto ideológico propulsor de constantes contra-reformas, já aludido por Mota (1995) e Gentil (2004). É esse processo que trataremos no presente trabalho como parte de uma pesquisa em curso intitulada de: *O impacto das transformações societárias na formação e no exercício profissional do assistente social no contexto da política previdenciária brasileira.*

A estratégia metodológica desse trabalho está fundamentada numa investigação bibliográfica e documental acerca de alguns estudos teóricos e de análises de conjuntura internacional e nacional, produzidos sobre essa temática e das relações que se estabelecem no cenário nacional brasileiro, especificamente, na política previdenciária. Assim posto esse trabalho está constituído das seguintes seções: I. Introdução, II. A Crise Internacional do Século XXI – do que se trata?; III. O impacto da Crise no Brasil; IV. A Crise e a Política Previdenciária; V. Considerações Gerais.

II. A CRISE INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI – DO QUE SE TRATA?

A crise contemporânea segundo Hobsbawn (1995) se constitui como de “ideologia, cultura e civilização” (apud CARTAXO, 2003:6). Kurz (1997) considera a crise como essencialmente do sistema capitalista repercutindo em mudanças de ordem política – perda da soberania dos estados-nação, econômica - estagnação e deslocamento para o capital financeiro, social – desemprego estrutural e cultural – “dissolução dos liames coletivos” (apud CARTAXO, 2003: 6). Wallerstein (1984) considera que a crise determina um fim de um processo histórico determinado pelas suas contradições.

No que pese as várias interpretações a crise do século XXI inicia-se nos meados da década de 1970, do século passada, como esgotamento do modo de produção capitalista que se estendeu nos largos anos pós-segunda guerra mundial, considerada por PREZWORSKI (1989) como de rompimento do pacto entre capitalismo e democracia. Acarretou na reestruturação produtiva estabelecida num novo processo do trabalho –

toyotismo ou flexibilização produtiva (Harvey, 1992) na mundialização (CHESNAIS, 1996) do capital e em mudanças institucionais assentadas no ideário neoliberal que ruiu os Estados – de bem-estar social da Europa central e determinou mudanças nas políticas sociais dos países periféricos, acarretando profundas conseqüências sociais no mundo em geral – “uma crise social”, conforme FONTES (2009).

A crise contemporânea desse século tem como particularidade ser uma crise estrutural, que se processa no âmago do sistema capitalista, na sua relação constitutiva com o trabalho vivo como fonte de valor, conforme se refere Grespan (2009). (...) “o capital é o trabalho morto que só se vivifica vampirescamente, sugando trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais possa sugar” (NEW, apud GRESPAN, 2009:37). Para Marx, segundo Grespan o trabalho faz parte da totalidade do capital, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade diminui a força de trabalho e reduz ao máximo a base de sua valorização. A crise, segundo ainda Grespan tem tido várias interpretações: queda da taxa tendencial do lucro, subconsumo e de natureza financeira (CHESNAIS, 1996). Segundo Antunes (2009) há uma “fenomenologia da crise”. (2009: 18). Consideramos que Chesnais (cf. Cartaxo, 2003) apresenta o problema de forma mais integral ao considerar a relação entre produção, financeirização e mundialização, cuja riqueza originada do investimento e da exploração da força de trabalho é canalizada, em parte, para o setor financeiro inflando assim o capital fictício. (cf. Antunes, 2009). Isso redundava para Mészáros na crise estrutural do capital provocando o que o mesmo denomina a sua “produção destrutiva” (cf. Cartaxo, 2003).

Para Wallerstein a crise é de hegemonia dos EUA e que isso vem se processando há 30 anos desde a derrota da guerra do Vietnã (2011). Fontes (2009) explicita que a crise alterou as relações de forças dos EUA e provocou tensões e lutas, mas não afetou sua capacidade militar considerada pela mesma como inigualável. Sintetiza chamando a atenção para a dialética da crise. “Não seria talvez mais dialético tratar, ao mesmo tempo, de crise social e expansão do capital?” (2009: 58). E chama atenção para a crise social dela decorrente:

Expandem-se a lucratividade, apesar dos riscos crescentes de grandes crises econômicas mundiais, agiganta-se o volume de capital fictício, porém cresce a base social sobre a qual precisa operar a dinâmica do capital; seus resultados são a eliminação de conquistas históricas e a instauração de uma crise social permanente. (Fontes, 2009: 58)

Isto vem corroborar, em parte, com a explicação de Costa (2010) ao relatar que em 2006 quando os preços dos imóveis dos EUA começaram a subir, razão fenomênica e divulgada como a essência da crise, o valor das dívidas imobiliárias de risco foram estimados em 650 bilhões de dólares. O perigo de uma inadimplência em torno de 13% foi considerada por esse autor de insignificante ao confrontar com a importância de 13 trilhões do PIB dos EUA (Costa, 2010:42). A expectativa era de um declínio temporária das bolsas e apenas uma diminuição de 1% no crescimento econômico o que não sucedeu. (Costa, 2010: 42). O que ocorreu foi uma queda das bolsas dos EUA e da Europa de 8% a 10% (Costa, 2008: 38). Ao contrário dos riscos (subprime) aconteceu e continua ocorrendo as dificuldades financeiras do sul da Europa. Para esse autor as dívidas públicas e privadas desses países somam um valor de 3,4 trilhões de dólares que estão em quase a sua totalidade nos bancos estadunidenses, Reino Unido, França, Alemanha e Suíça. A maior parte dos lucros dos EUA em 2009 foi decorrente de empréstimos sujeitos a juros flutuantes que correm risco, em um círculo vicioso, em razão das dificuldades então relatadas. A crise na Europa se expressa em significativos desequilíbrios de competitividade, contas correntes, endividamento, projetos imobiliários em bancarrota em 2008 com graves conseqüências sociais – desemprego e demolição de pactos sociais. Para Costa “o problema fiscal grego é apenas a ponta do iceberg” (2010: 42). Segundo Antunes a crise se configura como “estrutural e sistêmica” (2009: 51) dada pela corrosão do trabalho. Isso se concretiza nas cifras do desemprego pelo mesmo apresentado em 2008: China 26 milhões 2008; na América Latina 16 milhões (Panorama Laboral para América Latina e Caribe, 2009, apud. Antunes, 2009: 52). Nos EUA, Inglaterra e Japão os índices aludidos pelo autor, no início de 2009, superavam as dos últimos anos. Enquanto isso os EUA aprovou em outubro de 2008 um pacote de socorro da ordem de 700 bilhões de dólares – 5,3% do PIB. Segundo Costa correspondeu “proporcionalmente o dobro que o Brasil gastou com o PROER de 1995”. (2008:38). Nesse sentido Fontes enfatiza a crise social: um processo perverso e invertido de ampliação das bases sociais do capital ao mesmo tempo em que reduz e expropria os direitos dos trabalhadores.

Mas como a crise tem repercutido no Brasil e especificamente na Política Previdenciária? São essas questões que discutiremos nas próximas seções.

III. O IMPACTO DA CRISE NO BRASIL

Inicialmente o Brasil ficou com uma exposição menor à crise de 2008 considerada pelo ex-presidente da república (Luis Inácio Lula da Silva) como de uma “marolinha” (Folha de São Paulo, 04 de outubro, 2008) embora tenha sido estabelecidas estratégias para o seu enfrentamento, tais como: isenção do ICMS na compra de automóveis e eletrodomésticos, entre outros que propiciou, de certa forma, o aquecimento da demanda, mas não foi suficiente para sustar a quebra do UNIBANCO (Costa, 2010) E, de medidas usadas pela Caixa Econômica e o Banco do Brasil como compra de Instituições Financeiras Privadas, associação a Empresas Construtoras, além da taxa de juros para conter essa “marola”.

O discurso no Brasil, a respeito dos impactos econômicos da crise era de que o país estava preparado para enfrentá-la, haja vista que a reserva cambial garantia estabilidade - o país se tornou credor em dólar, houve expressiva redução da dívida pública externa e equilíbrio relativo das contas fiscais - elementos esses que se traduziam no crescimento econômico.

Em 2009, conforme dados do IBGE, o PIB teve retração de 0,2%, primeiro resultado negativo depois de 1992, ano do impeachment do ex-presidente Fernando Collor, quando o PIB teve uma queda recessiva de 0,5%. Como consequência ocorreu diminuição salarial e redução da produção: a GM demitiu 744 funcionários só na unidade de São José dos Campos /SP -, mesmo tendo o potencial de uma empresa americana.

O governo atual, da presidente Dilma Roussef, teve início com o anúncio, no dia 09 de fevereiro, de 2011, de um corte na política orçamentária da ordem de R\$ 50 bilhões (Senado Nacional, 2011), manifestação concreta da insuficiência daquelas medidas e da tendência do país, nessa conjuntura, considerando sua inserção na lógica mercadológica mundial, em suas relações de exportação e importação.

A valorização do real e a depreciação do dólar face à instabilidade econômica que vem experimentando os Estados Unidos nos últimos anos têm afetado diretamente suas relações de importação e exportação de bens com o Brasil – aflige a entrada de capital estrangeiro no país e colabora com o aumento crescente da taxa básica de juros. Esta realidade, tanto quanto a necessidade de conter a inflação, estimulou a execução dessa política de restrição orçamentária que vem causando às Políticas Sociais impactos significantes em sua abrangência e operacionalização, principalmente no que diz respeito ao número de pessoal atendido e à precarização dos serviços prestados.

A proposta de controle orçamentário, estratégia primeira de enfrentamento da inflação, deu-se por meio da necessidade de equilibrar a economia e sanar os juros da dívida pública, já que a realidade econômica global vem apresentando instabilidade

financeira desde a crise iniciada em 2008. Entretanto, o impacto dessas ações nas políticas de proteção social não traz reflexos positivos, podendo comprometer sua efetividade e execução. O Programa de Aceleração do Crescimento e o programa Bolsa Família- PBF propostas ressaltadas durante a propaganda eleitoral, constituem as políticas que não sofrerão restrição o que se coaduna com este novo modelo de gestão. Ao contrário, para firmar a proposta de combate à extrema pobreza o PBF será reajustado em 19,4%, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Notemos, contudo, que programas como Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Pró-Jovem, Programa de Atendimento Sócio Educativo de Adolescentes, em conflito com a Lei “sofreram uma redução de cerca de 417 milhões no Orçamento de 2011”.

A Política de Saúde, por sua vez, é ressalvada pela Emenda Constitucional número 29 que discorre a respeito de um mínimo exigido da receita para os programas e ações no âmbito da saúde. Ainda assim, o Ministério não deixou de ser afetado pelo corte que, nesse caso, somam 579 milhões em despesas administrativas no próprio órgão.

Nesse cômputo como fica a Previdência, uma vez que tem sido alvo de constantes ataques contra-reformas? É sobre isso que repousará a análise que se segue.

IV. A CRISE E A POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA

A política previdenciária tem sido objeto constante das contra-reformas a partir da década de 1990, com os governos neoliberais, de forma particular com o governo Fernando Henrique Cardoso quando foi aprovada a Emenda Constitucional nº 20 de 15/12/1998. E na década de 2000 com o governo Lula com as Emendas nº. 41/2003 e 47/2005.

Essas contra-reformas no que pese o discurso ideológico de sanar o “déficit” institucional, de promover a justiça social (equalização entre os diversos regimes previdenciários) foram medidas que se materializaram na restrição ou extinção dos direitos historicamente conquistados. E com o objetivo claro de redução da previdência pública em prol à sua privatização.

Cartaxo e Cordeiro (2007:11) assim se reportam:



Segundo Gentil (2005) e Oliveira (2003) o objetivo da reforma é a privatização ao liberar recursos de gastos sociais. Para a primeira se isto ocorrer excluiria do sistema previdenciário os trabalhadores da zona rural e mais de 40 milhões de trabalhadores informais. Segundo os seus estudos a Previdência não é deficitária, em 2004 constatou um saldo positivo de R\$ 8,2 bilhões (GENTIL, 2005, apud Ferreira); Oliveira, baseado em estudos realizados na USP, concluiu que a reforma possibilitará que o dinheiro a ser captado pelos fundos privados cheguem em 2010 a R\$ 670 bilhões. “Nem as privatizações realizadas nos últimos dez anos chegam a esse valor” (OLIVEIRA.2003:6).

No governo atual novas alusões estão sendo ensaiadas rumo a uma nova contra-reforma. A razão mais enfática está sendo dada em torno do envelhecimento da população brasileira “acentuando o déficit ou a insustentabilidade da política previdenciária” (grifo nosso). A nova proposta implica nos seguintes aspectos: previdência complementar do servidor público; mudanças nas pensões - condicionada ao grau de dependência dos cônjuges, companheiros e filhos; aumento da carência para aposentadoria por idade para 25 anos e 65 anos de idade, homens e mulheres; associação entre tempo de contribuição para aposentadoria a 35 anos , ambos os sexos e idade mínima de 60 anos para os mesmos; eliminação do diferencial entre sexos; Benefício de prestação continuada desvinculada ao mínimo e idade mínima de 70 anos .

O Ministro da Previdência Social Garibaldi Alves Filho defende a aprovação na Câmara e no Senado do Projeto de Lei que cria o Fundo da Previdência Complementar para os servidores Públicos, como uma medida para conter o déficit econômico que o Brasil enfrenta hoje. Este fundo seria criado para os novos servidores que teriam o seu teto salarial reduzido ao mesmo valor dos servidores privados, que é de R\$ 3, 689,66 (com base no salário mínimo de R\$ 545,00).

A Lei Orçamentária Anual de 2011 previa um gasto de R\$30, 090 bilhões com despesas obrigatórias incluindo da Previdência, mas foram reduzidos R\$ 3 bilhões deste valor, passando para R\$ 27, 090 bilhões. (cf.www.rac. com.br) .

A crise é um fator a mais a vir engrossar o caudaloso caso da previdência social em prol de sua contra-reforma indicando novas extinções de direitos de proteção social exigindo organização e mobilização da população numa correlação de forças contrárias a esse movimento.

V. CONSIDERAÇÕES GERAIS

As Políticas Sociais brasileiras estão ameaçadas e pondo em risco a população usuária, num retrocesso e atraso ao que indica a emancipação humana. De alguma forma, ainda que imperceptível aos olhos, as políticas de proteção social sofrerão um embate negativo ao que rege a implementação e efetividade dos serviços. O que vemos é o retrocesso dos serviços públicos e não sua difusão.

No que concerne ao aumento da taxa de desemprego registrada entre 2008 e 2009 de acordo com a Organização Internacional do Trabalho, os jovens serão a categoria que mais sentirá o efeito desse processo. A dificuldade em acessar o mercado de trabalho formal os fará valer-se da criminalidade ou, quando não, recorrer ao trabalho informal, deixando de ser amparados pelas políticas de proteção concernentes e não usufruindo dos benefícios que os assegurariam em ocasião de doença ou envelhecimento.

Com proposta salarial menos atraente e maior dificuldade no processo de contratação, principalmente devido o fato de o mercado vir requerendo profissionais mais informatizados e com maior nível de escolaridade, os trabalhadores se afugentam rumo ao mercado de trabalho informal; fato este que impacta negativamente nas fontes de financiamento da Política Previdenciária e da Seguridade Social, como um todo. Dessa forma, a vida desses “novos” sujeitos será marcada, mais uma vez, pelo acirramento da desigualdade social e a política de assistência sentirá um crescimento expressivo no que tange ao público alvo e à necessidade de aumento em sua abrangência no íterim desse cenário. Não obstante e em se tratando da análise da realidade brasileira diante desse espetáculo, a classe média é igualmente uma categoria cuja probabilidade de degustar as brumas deste novo sistema de controle é extensa; sobretudo após a crise global que freou o crescimento da chamada classe “C” e atinge sem qualquer desvio também os profissionais industriais.

A análise descrita, embora breve, nos aponta para a crise social que nos adverte
Fontes (2009:62-3)

A crise social, ainda que sob formatos, ritmos, abrangências e sofrimentos diferenciados segundo os países, é o terreno no qual se medra e se espalha o capital. Isso não significa o encolhimento do capital, muito ao contrário, pois este se nutre da barbárie que generaliza.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. A substância da crise e a erosão do trabalho. In: **O Capitalismo em Crise – a natureza econômica mundial**. São Paulo: Sudermann, 2009: 45-55.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Sobre a Natureza da Economia de Mercado. *Carta Capital* nº 517, 15 de outubro de 2008, p.40-1.

BORBA, Jason T. A crise nos EUA natureza, cenários e contágio. *Revista PUC Viva*. Ano 9 – Número 32 – Julho a Setembro de 2008. p. 6 – 10.

BRESCIANI, Eduardo. Agência Estado. Garibaldi defende fundo complementar contra déficit da Previdência. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia%20geral,garibaldi-defende-fundo-complementar-contradeficit-do-setor-publico,not58447,0.htm> Acesso em 19 abril de 2011.

CARTAXO, Ana Maria Baima. **As Determinações Sócio-Históricas da Reforma da Previdência Social na Década de 1990**. PUCSP, Tese de Doutorado, 2003.

_____ e CORDEIRO, Juciara. **CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES DAS DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: Um Estudo Comparativo entre as Décadas de 1990 e 2000**.

COSTA, Antonio Luiz M.C. Não Há Grana que Baste. *Carta Capital* nº 517, 15 de outubro de 2008, p.38-9.

GARBAS, Carlos Eduardo. Ciclo de palestras: Previdência Social/Carlos Eduardo Gabas. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE, 2010.

GRESPLAN, Jorge. Uma teoria para as crises. In. **O Capitalismo em Crise – a natureza econômica mundial**. São Paulo: Sudermann, 2009: 29 -44

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. Avaliação das Previsões Macro-Econômicas de 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/cartaconjuntura/carta09/AvPrevMacro20091.pdf> Acesso em: abril de 2011.

LIMA, Daniel, OLIVEIRA, Kelly, CRUZ, Luciene. **Corte de despesas obrigatórias do Orçamento atinge benefícios da Previdência, pessoal e subsídios**. IC News. Indústria e Comércio. 28 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:5m r> Acesso em: abril de 2011.

OLIVEIRA, Erson Martins de. O Brasil na crise mundial. *Revista PUC Viva*. Ano 9 – Número 32 – Julho a Setembro de 2008. p. 38 – 47.

OLIVEIRA, Francisco de. Quo vadis capitalismus. *Le monde diplomatique – Brasil* Ano 2 / Número 22 / Maio 2009. p. 4 – 5

PARAGUASSÚ, Lisandra. Belga cita 'marolinha' e elogia Lula em conduzir crise. 4 de outubro de 2009. *Economia & Negócios*. O Estado de São Paulo. Disponível em:



<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,belga-cita-marolinha-e-elogia-lula-em-conduzir-crise,445789,0.htm> Acesso em: abril de 2011.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Apresentação. In. **O Capitalismo em Crise – a natureza econômica mundial**. São Paulo: Sudermann, 2009:7-27.

VIRGINIA, Fontes. Imperialismo e crise. In. **O Capitalismo em Crise – a natureza econômica mundial**. São Paulo: Sudermann, 2009: 57 – 73

WALLERSTEIN, Immanuel. Esta Crise é a Crise Fundamental do Capitalismo. Disponível em: HTTP\translate.googleusercontent.com.\translate. Acesso em 18.04.2011.